

INFORMATIVO PIT

BOLETIM DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO TRIBUTÁRIA



Prêmio Nacional de Educação Fiscal completa dez anos com edição bienal e participação de projetos pontua no PIT - Páginas 2 e 3

Novos tutores em Educação Fiscal na BNCC são formados em curso inédito promovido pela Receita Estadual - Páginas 4 e 5

4ª turma do Curso Educação Fiscal na Base Nacional Comum Curricular está com inscrições abertas - Página 6

Receita Estadual recebe visita técnica de equipe de Educação Fiscal do Pará - Página 7

Receita Estadual publica pontuação definitiva dos municípios no PIT do 2º semestre de 2021 - Página 8

Confira a agenda de cursos do 3º trimestre que estão com as inscrições abertas - Página 9

Eventos realizados em maio tiveram a participação da equipe da DRCM - Página 10

Nota Fiscal Gaúcha completa dez anos com mais de R\$ 73 milhões distribuídos em prêmios e R\$ 141 milhões repassados a entidades - Páginas 11 e 12



Prêmio Nacional de Educação Fiscal completa dez anos com edição bienal e participação de projetos pontua no PIT

As inscrições estão abertas! #OPrêmioTáON



A 10ª edição do Prêmio Nacional de Educação Fiscal foi lançada dia 14 de junho, durante o 6º Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais. O prêmio reconhece ações realizadas por escolas, instituições, imprensa e iniciativas tecnológicas que discutam e promovam a função social dos tributos, a correta aplicação dos recursos, a qualidade do gasto público e o seu retorno para a sociedade.

O período de inscrições dos trabalhos é de 14 de junho a 31 de agosto de 2022 e o regulamento com todas as informações está disponível no site www.premioeducacaofiscal.org.br.

Organizada pela Febrafite - Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, a iniciativa distribui mais de R\$ 60 mil em premiação.

Edição bienal

A pandemia de Covid-19 causou alterações na programação do Prêmio Nacional de Educação Fiscal. Como as escolas públicas sofreram mudanças radicais no seu funcionamento nos anos de 2020 e 2021 e muitas tiveram dificuldades básicas de infraestrutura para dar conta desse novo cenário, a organização do prêmio optou por suspender a edição de 2020 e postergar a de 2021, que será realizada junto com a de 2022.

Na cerimônia de premiação, que acontecerá dia 30 de novembro, no auditório da Embaixada de Portugal, em Brasília, serão anunciados os vencedores da edição bienal 2021-2022, e da edição 2020, que foi suspensa no estágio de julgamento dos mais de 250 projetos inscritos de todas as regiões do país.

O Prêmio Nacional de Educação Fiscal, edição 2021-2022 é uma ação da Febrafite em parceria com a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Controladoria Geral da União (CGU), do Grupo de Trabalho Educação Fiscal (GT66- Educação Fiscal), vinculado ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), com apoio do Ministério da Educação e das principais entidades nacionais dos Fiscos do Brasil.

Divulgação do prêmio

Já está disponível para download no site de Educação Fiscal o cartaz para divulgação do Prêmio Nacional. O cartaz reforça o prazo de inscrição e pode ser divulgado em meio digital ou impresso, a critério de cada município ou escola.

[Clique aqui](#) para acessar o arquivo.

Pontuação no PIT

A inscrição de projetos no Prêmio Nacional pontua para o município na Ação 1.08 do Programa de Integração Tributária (PIT) no 2º semestre de 2022.

Para pontuar na Ação 1.08 (concurso relativo ao Programa de Educação Fiscal), o município deve fazer a divulgação do Prêmio Nacional de Educação Fiscal,

conforme explicado abaixo, e inscrever um de seus projetos no referido Prêmio Nacional.

Pontuação: 5 pontos.

Cuidados na prestação de contas: A comprovação será feita através dos três documentos abaixo descritos, que deverão ser enviados na prestação de contas do 2º semestre de 2022.

- Comprovação do envio aos servidores e professores municipais de e-mail sobre as inscrições no Prêmio Nacional e regulamento.
- Comprovação da divulgação nas plataformas digitais da Prefeitura dos cartazes oficiais da campanha do Prêmio Nacional.
- Declaração, com fé pública, da inscrição de pelo menos um projeto do município, com observância do "Regulamento do Prêmio Nacional de Educação Fiscal".

#OPrêmioTáON

Inscrições para a edição bienal 2021/2022
de 14 de junho a 31 de agosto

Consulte o regulamento e inscreva-se no
www.premioeducacaofiscal.org.br

Maíra Azevedo

Serviço

Datas importantes

Período de inscrições: 14 de junho a 31 de agosto de 2022

Período para envio da documentação complementar: 1º a 11 de setembro de 2022

Data da premiação: 30 de novembro de 2022.

Novos tutores em Educação Fiscal na BNCC são formados em curso inédito promovido pela Receita Estadual

17 tutoras concluíram o curso e formaram 906 professores.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC é um documento que determina as competências, habilidades e aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver durante cada etapa da Educação Básica, de modo que todos os educandos, em qualquer parte do país, tenham acesso a um mesmo núcleo básico de formação. A BNCC avança ao determinar que a construção do currículo precisa integrar as áreas do conhecimento, as diferentes linguagens e valorizar as experiências vividas fora e no contexto escolar.

Também a BNCC incluiu assuntos de formação pessoal relacionados com a vida particular e coletiva no currículo através dos 15 temas contemporâneos transversais, entre eles a Educação Fiscal.

A Educação Fiscal trata de conceitos importantes para a vida em sociedade como a função social dos tributos, o orçamento público, a justiça fiscal, a cidadania ativa e a solidariedade. Com a constatação de que os professores muitas vezes não se sentem preparados para trabalhar a educação fiscal por desconhecer o tema, a DRCM desenvolveu o Curso de Educação Fiscal na BNCC, destinado aos educadores das redes municipal e estadual de ensino do RS, na plataforma da RECEITA EAD, com 40 horas distribuídas em 4 módulos.

Os professores aprovados com destaque no Curso de Educação Fiscal na BNCC foram convidados a participar do Curso de



Formação de Tutores em Educação fiscal na BNCC com o objetivo de disseminar conhecimentos sobre a Educação Fiscal no âmbito das escolas públicas, formar parcerias com outras UF e buscar novas experiências, instrumentalizar e capacitar professores para atuarem como disseminadores de Educação Fiscal em cursos na modalidade EAD e possibilitar aos municípios pontuação junto ao Programa de Integração Tributária.

O Curso de Formação de Tutores em Educação fiscal na BNCC iniciou em abril e teve duas etapas: uma teórica, que abordou noções básicas de tutoria no ensino a distância e competências do tutor na mediação pedagógica; e uma prática, através do estágio prático onde foi possível tutorar turmas formadas por professores do Curso de Educação Fiscal na BNCC.

No último módulo do Curso de Educação Fiscal na BNCC, as tutoras verificaram o aprendizado de seus alunos através da elaboração de planos de aula dentro da temática da Educação Fiscal. 906 professores, distribuídos em 25 turmas, foram alunos dos tutores em formação, sendo que 78,3% concluíram o curso.

A conclusão do curso de tutoria se deu com a elaboração de um relatório no qual os tutores puderam descrever aspectos positivos, dificuldades e desafios enfrentados, bem como sugestões para as próximas formações.

Finalmente, as 17 tutoras que concluíram o curso foram convidadas a participar do Encontro com os Grupos Municipais de Educação Fiscal e Oficina de Projetos de Educação Fiscal que ocorreu nos dias 14 e 15 de junho em Porto Alegre.

Na oportunidade, foi realizada uma homenagem de mérito à tutora Gislaíne David Zamban, do município de Guaporé, que conduziu sua turma com 47 alunos até o final do curso.

Com esta formação, percebeu-se a importância do tutor no ensino EAD, pois mesmo os alunos altamente independentes podem ficar inseguros durante o processo de aprendizagem, uma vez que não conhecem o suficiente sobre o assunto para estarem certos de sua correta aplicação. Um curso a distância precisa oferecer oportunidades para que ocorra o diálogo entre tutor e aluno, seja para esclarecer dúvidas ou motivar o mesmo para sua aprendizagem.

Para a equipe da DRCM, o Curso de Formação de Tutores na BNCC foi um grande desafio, mas que mostrou a potencialidade dos professores que atuam nas escolas em nossos municípios.



4ª turma do Curso Educação Fiscal na Base Nacional Comum Curricular está com inscrições abertas

Estão sendo disponibilizadas 200 vagas no curso.

A Receita Estadual do Rio Grande do Sul, através da Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios – DRCM, está disponibilizando 200 vagas no Curso Educação Fiscal na Base Nacional Comum Curricular, que será realizado no período de 16/08 a 13/09/22, com certificação de 40 horas, no formato a distância e sem custos para instituições e participantes, sendo exigido o compromisso formal com a vaga disponibilizada.

O curso será ministrado na plataforma da Receita Estadual para professores de todas as redes de ensino que estejam em atividade em sala de aula. Todos os módulos têm atividade avaliativa e a nota mínima para certificação é 60% aproveitamento. A inscrição deve ser realizada pelo próprio interessado(a), e é condição determinante estar em exercício na sala de aula.

Para professores do Rio Grande do Sul vinculados aos seus municípios o Curso Educação Fiscal na Base Nacional Comum Curricular pontuará no Programa de Integração Tributária na Ação 1.02, mediante apresentação de certificado na prestação de contas.

Os professores participantes poderão receber material pedagógico para suas turmas, de acordo com a disponibilidade e plano de aula que apresentarão no final do curso.

Conheça o conteúdo programático do curso abaixo.

Módulo 1 - Introdução ao tema Educação Fiscal na BNCC - 16/08 a 22/08/22

Módulo 2 - Educação Fiscal: mapas mentais, abordagens e mitos tributários - 23/08 a 29/08/22

Módulo 3 - Estratégias pedagógicas a partir da BNCC - 30/08 a 05/09/22

Módulo 4 - Elaboração do plano de aula com transversalização da Educação Fiscal - 06/09 a 13/09/22

[Clique aqui para fazer a sua inscrição.](#)

Serão aceitas inscrições até o dia 14 de agosto ou até o limite das vagas.



Receita Estadual recebe visita técnica de equipe de Educação Fiscal do Pará

Durante visita técnica a equipe de Educação Fiscal do Pará participou de atividades de integração e capacitação.

Com o objetivo de trocar experiências e compartilhar conhecimento, a Receita Estadual (RE) do Rio Grande do Sul (RS) recebeu, entre os dias 13 e 15 de junho, uma visita técnica da equipe de Educação Fiscal do Pará (PA), que esteve representada por Zilda Benjamim, coordenadora do Grupo Estadual de Educação Fiscal (GEFE) do PA, Marinea dos Santos, que atua no GEFE, Cristina Viana, coordenadora da Escola Fazendária do PA, e Gesson Mendes, da Secretaria da Educação do PA. Os encontros também contaram com a participação de Eliane Maciel Dias, do GEFE do Rio Grande do Norte.

A iniciativa foi motivada pelos resultados positivos do GEFE do RS e do Programa de Educação Fiscal do RS. O Estado vem se destacando nacionalmente em suas ações de capacitação, inclusive durante a pandemia, e no Programa de Integração Tributária (PIT), que visa à realização de ações de interesse mútuo entre Estado e municípios.

No dia 13, os participantes foram recebidos pelo subsecretário da RE, Ricardo Neves Pereira, e pelo subsecretário adjunto da RE, Luís Fernando Crivelaro, que destacaram a importância do Programa de Educação Fiscal para sensibilizar a sociedade sobre a função social dos tributos, incentivando também o acompanhamento dos recursos arrecadados e da respectiva aplicação em benefício da população. O dia contou ainda com apresentações de debates sobre o PIT, o Curso de Extensão em Educação Fiscal e Cidadania da UFRGS e o Curso de Extensão em Educação Fiscal da Univates.



No dia 14, o foco foi promover um encontro com os Grupos Municipais de Educação Fiscal e os Tutores da Educação Fiscal, abordando assuntos como desafios e caminhos para a Educação Fiscal no Brasil, experiências das tutoras, site e Plano de Comunicação de Educação Fiscal no RS, programa de capacitação do PIT e de Educação Fiscal e temas invisibilizados na Educação Fiscal. Mais de 55 pessoas, incluindo representantes de 30 municípios gaúchos, participaram das atividades.

Já no dia 15, por sua vez, a programação foi voltada para professores, com uma oficina de projetos focados na Educação Fiscal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na montagem de planos de aula e trabalhos práticos para alunos. As atividades contaram com a participação de 35 pessoas, incluindo representantes de 22 municípios gaúchos, resultando na elaboração de 25 projetos relacionados à Educação Fiscal. Ambas as atividades, do dia 14 e do dia 15, valeram pontuação no PIT para as localidades que registraram participação.

Receita Estadual publica pontuação definitiva dos municípios no PIT do 2º semestre de 2021

Já está disponível o Protocolo Eletrônico para Prestação de Contas do PIT referente ao 1º semestre/2022.



A Receita Estadual (RE) publicou, por meio da Portaria Nº 042/22, no Diário Oficial do Estado do dia 25 de maio, a pontuação definitiva relativa ao 2º semestre de 2021 dos municípios que participam do Programa de Integração Tributária (PIT). Ao todo, 496 dos 497 municípios gaúchos executaram ao menos uma ação do PIT no período.

O semestre foi marcado pela retomada da tendência de crescimento da pontuação, que havia sido interrompida em função da pandemia. Ao todo, 300 municípios melhoraram o seu resultado, 122 municípios registraram queda e 74 permaneceram estáveis frente ao primeiro semestre de 2021. Com isso, o total de pontos alcançados pelos municípios no segundo semestre de 2021 foi de 29.620, valor mais alto da história, crescendo 7,4% frente ao semestre anterior e 4,6% frente ao recorde anterior (segundo semestre de 2019 – 28.322 pontos).

“A parceria entre Estado e municípios tem dado ótimos resultados nessas atividades de interesse mútuo. Há atividades que são mais fáceis para o município e outras que são mais fáceis para o Estado. O importante é

que essa cooperação e complementariedade sigam trazendo bons frutos para ambos, sendo o PIT inclusive referência nacional em termos de cooperação entre Estado e municípios”, destaca João Carlos Loebens, chefe da Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da RE.

A pontuação de cada localidade pode ser verificada na [página do PIT](#) no site da RE, assim como a evolução perante os períodos anteriores. Dentre os participantes, dois municípios obtiveram pontuação máxima no segundo semestre de 2021: Caibaté e Santiago, com cem pontos no total.

Já está disponível, através do site da Receita Estadual, o Protocolo Eletrônico para envio da documentação de comprovação das ações que pontuam no 1º semestre de 2022 no Programa de Integração Tributária – PIT.

O município deve abrir o Protocolo Eletrônico para envio da prestação de contas para a Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios – DRCM avaliar e atribuir os pontos. O prazo para abertura e envio do Protocolo Eletrônico referente às ações realizadas 1º semestre de 2022 é de 1º de julho até 31 de agosto.

Confira a agenda de cursos do 3º trimestre que estão com as inscrições abertas

Calendário de cursos EAD realizados na plataforma da Receita Estadual estão divulgados no site de Educação Fiscal. Links nas imagens.

Curso



Período do curso:

Turma de agosto: 26/07 a 22/08/22

Turma de setembro: 09/09 a 10/10/22

200 vagas cada turma

Público-alvo: Entidades Sociais

Pontuação no PIT: não pontua

Pontua com 500 mil pontos para as Entidades Sociais no Programa NFG



Período do curso: 02/08 a 30/08/2022

120 vagas, limitada a uma por município, priorizando-se aqueles que ainda não realizaram o curso

Público-alvo: servidores municipais que atuam na turma volante municipal ou que tenham interesse em ser agente municipal da turma volante

Pontuação no PIT: Ação 1.02



Período do curso: 23/08 a 21/09/22

150 vagas, priorizando-se os municípios que ainda não realizaram o curso

Público-alvo: atendentes do setor primário dos municípios

Pontuação no PIT: Ação 1.02



Período do curso: 19/09 a 18/10/22

500 vagas

Público-alvo: servidores municipais responsáveis pela prestação de contas no PIT

Pontuação no PIT: Ação 1.02

Eventos realizados em maio tiveram a participação da equipe da DRCM

Seminários de Educação Fiscal dos municípios de Capão do Leão e Poço das Antas foram realizados no dia 10 de maio.

Na tarde do dia 10 de maio aconteceu o IV Seminário Regional de Educação Fiscal, uma iniciativa da secretaria de Finanças do Município de Capão do Leão. Estiveram presentes no evento grandes nomes da região e as apresentações de Décio Gardel Goecks Rauber, Auditor-Fiscal da Receita Estadual, que falou sobre o Programa de Integração Tributária e Educação Fiscal; João Carlos Loebens, Auditor-Fiscal da Receita Estadual, abordando os Desafios para compreensão da Educação Fiscal: Teoria e Prática; Ciro Vives, Gerente Regional Sul SEBRAE, que explanou sobre Cidade Empreendedora; e Carlos Roberto Almeida, Delegado Representante do CRCRS, explicando sobre o Imposto Solidário.



Também no dia 10 de maio, ocorreu no auditório da Prefeitura Municipal de Poço das Antas o II Seminário de Educação Fiscal do Município. O momento contou com a presença de autoridades, servidores públicos como também da comunidade em geral, que participaram das palestras e cases com a temática "Educação Fiscal". Cerca de 50 pessoas se inscreveram antecipadamente para participar do seminário, que contou com a entrega de certificados.

O painel do dia contou com quatro palestras e um case. A programação iniciou com a

apresentação do Auditor-Fiscal da Receita Estadual, Jonas Borghetti e da Técnica Tributária da Receita Estadual, Tamara Dentee, que falaram sobre a Educação Fiscal e o Programa Nota Fiscal Gaúcha. Na sequência, a professora do Núcleo de Direito da Universidade do Vale do Taquari – Univates, Tatiele Kuntz apresentou o projeto de extensão "Educação Fiscal e Cidadania: um instrumento de justiça e inclusão social", junto de um dos participantes do projeto. E, findando a programação da manhã, o servidor público de Poço das Antas, Rodrigo Galdino Schwingel, palestrou sobre Cidadania e Serviço Público.

A parte da tarde iniciou com a palestra de André Luiz Machado, que através do SENAC, falou sobre "A importância da promoção do bem-estar financeiro para o progresso da comunidade". Depois, houve a apresentação dos alunos da aula de música da EMEF Leo Pedro Schneider. Na sequência, foi vez da diretora e servidora pública, Isolete Wolfart, falar sobre o case: Nota Fiscal - Escola Municipal de Ensino Fundamental Leo Pedro Schneider: uma história de sucesso.



Apresentação dos alunos da aula de Música da EMEF Leo Pedro Schneider

Nota Fiscal Gaúcha completa dez anos com mais de R\$ 73 milhões distribuídos em prêmios e R\$ 141 milhões repassados a entidades

O objetivo é estimular o cidadão a pedir nota fiscal em suas compras e gerar conscientização sobre a função social do tributo.

Criado em junho de 2012 o Nota Fiscal Gaúcha (NFG) está completando dez anos de incentivo à cidadania fiscal. Ao todo, já são mais de 2,4 milhões de cidadãos cadastrados, R\$ 73,3 milhões em prêmios distribuídos aos participantes por meio dos sorteios, R\$ 55,2 milhões retornados aos cidadãos através de cashback e R\$ 141,3 milhões repassados a entidades sociais. Durante o período, o Programa já inspirou ao menos seis estados brasileiros a criarem iniciativas semelhantes.

Na prática, toda vez que os consumidores incluem o CPF nas notas fiscais na hora da compra, desde que cadastrados no Programa, eles ativam uma série de possibilidades e benefícios, que repercutem positivamente em caráter individual, para o próprio cidadão, e coletivo, para o Estado, para os municípios, para as entidades, para as empresas e para a sociedade.

Desde 2019, o número de cidadãos cadastrados aumentou cerca de 48%, com mais de 800 mil novos participantes (300 mil apenas em 2022). Ao todo, os mais de 2,4 milhões cidadãos cadastrados representam cerca de 22,9% da população gaúcha, segundo a base de dados utilizada. Os municípios com maior participação percentual da sua população são Nova Boa Vista (92,7%), Palmitinho (84,5%), São José do Inhacorá (76,6%), Vista Alegre (59,8%) e Salvador das Missões (55,8%). Entre as 20 cidades mais populosas do Estado, os destaques são Porto Alegre (32,3%), Santa Cruz do Sul (31,9%), Rio Grande (31,4%), Santa Maria (29,4%) e Cachoeirinha (27,4%).

A quantidade de notas emitidas com CPF já ultrapassa a marca de 4 bilhões. Em 2021, foram mais de 600 milhões de notas fiscais emitidas com a identificação. Entre os principais atrativos recentemente implementados estão o aumento das premiações, a criação do Receita da Sorte, o lançamento do Receita Certa e o incremento dos repasses às entidades sociais.

No âmbito das premiações, já são R\$ 73,3 milhões distribuídos desde 2012, contemplando mais de 208 mil cidadãos nesses dez anos. Em 2021 foram quase R\$ 8,5 milhões e 25 mil participantes premiados. Os números consideram os sorteios mensais e o Receita da Sorte, modalidade de premiação instantânea criada em 2019, sem contabilizar o Receita Certa, formato criado em 2021 que aumentou significativamente o retorno financeiro e a quantidade de contemplados.

Outro eixo importante do Programa é o da solidariedade. Ao longo dos dez anos foram repassados mais de R\$ 141,3 milhões a entidades sociais que atuam nas áreas de da saúde, educação, assistência social e proteção animal. Os repasses em 2021 totalizaram R\$ 19,9 milhões. Quase 3,2 mil entidades já foram beneficiadas. Em 2021, as principais entidades contempladas foram a AACD Porto Alegre, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, a APAE de Marau, o Hospital Casa de Saúde de Santa Maria e o Hemopasso de Passo Fundo.

Por que é importante incluir o CPF na nota?

Ao pedir “CPF na Nota”, o cidadão está “obrigando” a empresa a emitir o documento fiscal e, assim, informar a circulação de mercadorias ocorrida (fato gerador do principal imposto estadual - ICMS) ao Estado. O CPF é utilizado por ser um documento padronizado nacionalmente, o que facilita a participação e identificação do participante para as próprias premiações, permitindo também que qualquer pessoa do País faça parte do NFG. Ao contrário do que muitos pensam, o objetivo não é ter acesso aos dados de consumo de cada cidadão, mas movimentar uma rede que traz benefícios a todos, combatendo a informalidade, a sonegação e a concorrência desleal.



**mo
ti
vos**
10 ANOS DO NFG

PARA SABER MAIS E PARTICIPAR DO PROGRAMA

01. Participar é simples que é uma barbaridade!

Basta te cadastrar no site notafiscalgaucha.rs.gov.br e pedir o CPF na nota na hora das compras para participar automaticamente de diversos benefícios.

02. É um ato de cidadania tri bom pra todo mundo, tchê!

Mais vendas com documento fiscal significa menos espaço para sonegação e mais benefícios pra ti e toda a sociedade.

03. É uma baita forma de praticar a solidariedade

Entidades sociais que atuam nas áreas de saúde, educação, assistência social e proteção animal, que são cadastradas no Programa e indicadas por ti, recebem repasses em dinheiro. O teu CPF na nota garante a pontuação pra elas.

Repasses Entidades Sociais

06. Tem cashBAHck de barbada disponível no Receita Certa

Na modalidade, tu recebe parte do imposto de volta sempre que houver aumento real da arrecadação do ICMS do varejo, independente de sorteio. Para participar, te cadastra no Programa e pede o CPF na nota sempre. A apuração é trimestral.

Receita Certa

05. Tu pode ganhar uns pila na hora da compra no Receita da Sorte

Os prêmios são diários e têm resultado instantâneo. Para participar, pede o teu CPF na Nota na hora das compras e faz a leitura do QR Code dos cupons no aplicativo do NFG. São muitos prêmios e muitas chances de ganhar.

Receita da Sorte

04. Tem premiações mensais de cair os butiã do bolso

Se tu é cadastrado no Programa e solicita CPF na nota, automaticamente participa dos sorteios mensais do NFG.

Sorteios Mensais

07. Bem capaz que tu vai perder os descontos no IPVA

Além dos prêmios em dinheiro, o NFG prevê descontos de 5%, 3% e 1% no valor do IPVA pra ti que pede a inclusão do CPF nas notas fiscais nas tuas compras. Para obter o desconto máximo de 5%, é preciso ter pelo menos 150 documentos fiscais no ano.

Bom Cidadão

08. O App Menor Preço te ajuda a economizar na hora do rancho

A ferramenta te proporciona economia no momento de fazer as compras. Tu pesquisa o preço do produto desejado e tem retorno com o resultado do menor preço praticado em mais de 300 mil estabelecimentos credenciados no Programa NFG.

menor preço
Nota Gaúcha

09. Te aprocheiga que tem novidade no Devolve ICMS

A partir de agora, se tu é beneficiário do Devolve ICMS pode aumentar o crédito no cartão com a inclusão do CPF na nota das tuas compras. E se tu te cadastrar no programa NFG ainda concorre às outras vantagens do Programa. O Devolve ICMS restitui parte do ICMS pago para famílias de baixa renda.

DEVOLVE ICMS

10. São nossas façanhas sendo modelo a toda terra!

Criado em 2012, por meio da Lei nº 14.020, o NFG é motivo de orgulho para os gaúchos, já tendo inspirado ao menos seis estados brasileiros a criarem iniciativas semelhantes. São 10 anos de história, inovação e muitas novidades.

10 ANOS DO NFG

notafiscalgaucha.
rs.gov.br

NFG
Nova Façanha do Rio Grande

IPVA RS
NOVAS FAÇANHAS NA FISCALIDADE